

HABEAS CORPUS CRIMINAL n.º 0823646-16.2024.8.10.0000
PROCESSO DE ORIGEM: 0821856-91.2024.8.10.0001 IMPETRANTE: CARLOS EDUARDO
PACHECO DOS SANTOS – OAB/MA 16711 PACIENTE: ITALLO CAWAN CASTRO CARVALHO
IMPETRADO: JUÍZO D 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE SÃO LUÍS/MA INCIDÊNCIA
PENAL: ART. 121, § 2º, INCISOS I E 157, § 2º, A, I DO CP. RELATOR:
DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO NERIS FERREIRA DIREITO PROCESSUAL PENAL.
HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E ROUBO MAJORADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO
DE PRAZO E AUSÊNCIA DE REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO
ENCERRADA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR
MEDIDAS CAUTELARES. ORDEM DENEGADA. I. CASO EM EXAME 1. Habeas Corpus
impetrado em favor de Itallo Cawan Castro Carvalho, preso preventivamente
pelos crimes de homicídio qualificado e roubo majorado, com pedido de
liberdade sob alegação de excesso de prazo, ausência de fundamentos para a
prisão preventiva e possibilidade de medidas cautelares diversas. II.
QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em análise: (i) existência de
constrangimento ilegal por excesso de prazo; (ii) adequação da
fundamentação da prisão preventiva; (iii) viabilidade de substituição da
prisão por medidas cautelares. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O excesso de
prazo não se configura, pois a instrução criminal já foi concluída e o
processo aguarda julgamento, em conformidade com as Súmulas 21 e 52 do
STJ. 4. A prisão preventiva está fundamentada na gravidade concreta dos
crimes, no modus operandi e na periculosidade do paciente, integrante de
organização criminosa, sendo indispensável à garantia da ordem pública e à
aplicação da lei penal. 5. Medidas cautelares diversas mostram-se
insuficientes e inadequadas diante do risco concreto de reiteração
delitiva e do contexto fático do caso. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Ordem
denegada. Tese de julgamento: 7. Encerrada a instrução criminal, não há
constrangimento ilegal por excesso de prazo. 8. Prisão preventiva
devidamente fundamentada pode ser mantida para garantir a ordem pública e
evitar reiteração delitiva. 9. Medidas cautelares são inadequadas quando
insuficientes para resguardar os fins da prisão preventiva. Dispositivos
relevantes citados: CF/1988, art. 5º, LXXVIII; CPP, arts. 312, 319; CP,
arts. 121, § 2º, I e IV, e 157, § 2º-A, I. Jurisprudência relevante
citada: STJ, Súmulas 21 e 52; STF, HC 171060 AgR. ACÓRDÃO DECISÃO: ACORDAM
os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de
Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade de votos e em acordo com o
parecer ministerial, em CONHECER do presente writ e, nessa extensão,
DENEGAR a ordem pleiteada, nos termos do voto do Desembargador Relator.
Votaram neste julgamento os Senhores Desembargadores José Joaquim
Figueiredo dos Anjos, Antonio Fernando Bayma Araujo e Raimundo Nonato
Neris Ferreira – Relator. Presidência do Excelentíssimo Desembargador José
Joaquim Figueiredo dos Anjos. Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça
o Procurador Eduardo Jorge Hiluy Nicolau. Sessão Virtual da Primeira
Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão,
com início em 10/12/2024 e término em 17/12/2024. DESEMBARGADOR RAIMUNDO
NONATO NERIS FERREIRA Relator (HCCrim 0823646-16.2024.8.10.0000, Rel.
Desembargador (a) RAIMUNDO NONATO NERIS FERREIRA, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe
19/12/2024)